

VIDAS DE MENINAS

LIVES OF GIRLS

Afonso Henrique FÁVERO¹

RESUMO: Apresentação de obras autobiográficas produzidas por mulheres. Comentam-se os textos *Oiteiro* – memórias de uma sinhá-moça, de Magdalena Antunes, *Tudo em cor-de-rosa*, de Yolanda Penteadó, *No tempo dos barões* – histórias do apogeu e decadência de uma família fluminense no ciclo do café, de Maria Werneck de Castro, *Anarquistas, Graças a Deus*, de Zélia Gattai, e *Paixão Pagu – a autobiografia precoce de Patrícia Galvão*, volume organizado por Geraldo Galvão Ferraz.

PALAVRAS-CHAVE: Memórias. Magdalena Antunes. Yolanda Penteadó. Zélia Gattai. Maria Werneck de Castro. Patrícia Galvão.

ABSTRACT: Presentation of autobiographical works produced by women. Commentaries on the texts *Oiteiro* – Memories of a little girl, by Magdalena Antunes, *All in pink*, by Yolanda Penteadó, *In the time of the Barons* – stories of the apogee and decadence of a Rio de Janeiro family in the coffee cycle, by Maria Werneck de Castro, *Anarchists, Thank God*, by Zélia Gattai, and *Paixão Pagu – the early autobiography of Patrícia Galvão*, a volume organized by Geraldo Galvão Ferraz.

KEYWORDS: Memories. Magdalena Antunes. Yolanda Penteadó. Zélia Gattai. Maria Werneck de Castro. Patrícia Galvão.

Magdalena Antunes

Em 1958, temos a publicação de *Oiteiro*, memórias da norte-rio-grandense Magdalena Antunes. Seu subtítulo – “memórias de uma sinhá-moça” – dá bem a medida da matéria dominante no volume, recheado das lembranças de uma menina nascida em 1880, filha de um senhor de engenho de açúcar localizado no interior do Rio Grande do Norte, em município próximo a Natal.

Os cenários principais são o próprio Oiteiro (nome do engenho), a cidade potiguar de Ceará-Mirim e o Colégio de São José, no Recife. A narrativa centra-se num panorama da vida familiar e escolar, voltando-se muitas vezes também para o âmbito mais amplo daquela comunidade regional, com ênfase nas personagens que deixaram um vinco forte na memória da autora. Quanto à dimensão temporal, predominam as duas últimas décadas do século XIX.

1. Professor de Literatura Brasileira do Departamento de Letras Vernáculas - Centro de Educação e Ciências Humanas - Universidade Federal de Sergipe - UFS. São Cristóvão - Sergipe - Brasil. E.mail: ahfaver@ig.com.br.

Ao tomar conhecimento dos escritos, Câmara Cascudo foi um dos que estimularam Magdalena Antunes a publicá-los, tendo inclusive feito o incentivo por meio de artigo na imprensa local, lembrando “a raridade de livros de memórias no Brasil”. Mesmo sem conhecer a obra na íntegra, pois tivera acesso somente a alguns capítulos, ainda assim Cascudo percebe a importância de um evento literário como esse e não tem dúvida em anunciar: “Vamos ter um volume de recordações, história de uma nobre, tranquila e doce vida de sinhá moça brasileira, mãe e avó, criada em engenho de açúcar, com mãe preta, educada em colégio do Recife, plantando sua casa nos ritos da aristocracia rural do Ceará-Mirim” (CASCU DO *apud* ANTUNES, 2003, p. 19). Trata-se, com efeito, de um depoimento importante e em várias passagens envolvente, pois Magdalena Antunes consegue mesmo fazer emergir um mundo antigo pela eficácia da narrativa. Mas é preciso reconhecer uma certa desigualdade no nível expressivo, que ora lembra as boas páginas de um José Lins do Rego, ora derrapa num estilo pomposo e algo inócuo, semelhante a certas passagens das memórias de Humberto de Campos.

Como exemplo de estilo ligado a este último, cite-se trecho sobre a morte de uma freira, de todos querida lá do colégio recifense em que Magdalena fora aluna interna. Um Coelho Neto provavelmente não faria melhor:

Depois... O coração transformado em tabernáculo! O céu rastejando a terra! O mundo de joelhos, cantando glória ao Deus nas alturas, curvado sobre os altares, por amor aos homens!
E, quando na tarde daquele dia, o sol se diluía no ocidente, ela também se ocultava nas dobras da morte, pulverizando-se em estrelas a resplandecer no firmamento, pátria dos iluminados.
E subindo as regiões do Empíreo, ia deixando pelos caminhos da Eternidade esteiras de rosas, aromatizando os espaços com jasmims e cravos que ainda hoje perfumam e engrinaldam a redoma de luz de sua angelical memória. (ANTUNES, 2003, p. 139).

Descontados certos segmentos marcados por uma prosa dada à grandiloquência e à suntuosidade, dentro de uma retórica visivelmente destinada a impressionar o leitor, é certo, porém, que vamos encontrar em *Oiteiro* capítulos bem compostos, reveladores de notável senso de observação, aptos a traduzirem a ambientação do mundo dos engenhos, da decadência destes diante da ascensão das usinas, da pequena cidade nordestina ao final do século XIX, do colégio para os filhos das famílias proprietárias, tudo isso com as suas contradições inerentes e inevitáveis. Repita-se que um dos pontos fortes da obra assenta-se na rememoração de gente antiga, pessoas bem delineadas, com ares de personagens de romance, a

exemplo das professoras e colegas do São José, de figuras singulares de Ceará-Mirim, mas sobretudo daqueles que habitavam a casa paterna, fossem parentes ou agregados, livres ou escravos. E, claro, daí se entreveem as relações humanas assimétricas, mesmo num universo que se pretendia regido pela harmonia e concórdia.

Yolanda Penteado

Diz Sérgio Buarque de Holanda, em carta-prefácio ao livro de memórias de Yolanda Penteado – *Tudo em cor-de-rosa*, de 1976 –, que considerou bastante positiva para sua elaboração a ideia de “entremear lembranças várias, uma puxando outra, em vez de apelar para uma ordem cronológica que começaria com o João Ramalho, mas que haveria de comportar brancos que nem você, nem ninguém teria como preencher” (HOLANDA *apud* PENTEADO, 1976, p. 13). Método, aliás, sugerido pelo próprio Sérgio, sabedor mais que ninguém que a obra de memórias possui essa liberdade de passear pelos assuntos de forma aleatória, além da prerrogativa de afirmar seja o que for sem necessidade de responder pela veracidade absoluta, o que a deixa distante dos compromissos de quem se envereda na obra de historiador, esta sempre mais pressionada por exigências comprobatórias.

E assim faz a autora nesse seu livro, que busca cobrir a trajetória de uma mulher com origem nas altas esferas da sociedade paulista do século XX. Portanto, como não poderia deixar de ser, acompanhamos a narrativa desde um ponto de vista bem determinado, que é o de alguém situado na pequeníssima franja a figurar no ápice da estrutura social brasileira. Para lembrarmos os termos de Gilberto Freyre, a autora seria “a última fidalga paulista dos grandes dias do café e, ao mesmo tempo, a brasileira de um novo e pioneiro e corajoso tipo de mulher bela e lúcida” (FREYRE *apud* PENTEADO, 1976, p. 27). Talvez essa conjunção referida pelo estudioso pernambucano seja de fato o aspecto de maior evidência do livro, infundindo-lhe aqueles traços que mais marcam a sua fisionomia. De um lado, a mulher de posses e de vida elegante, frequentadora de ambientes requintados em várias partes do mundo; de outro, a empreendedora que assume a fazenda deixada como herança pelo pai – a Fazenda Emphyreo, onde ela nasceu no ano de 1903, em Leme, interior de São Paulo. Ao administrá-la, Yolanda revela capacidade e ousadia, enfrenta e supera obstáculos, arrostando o ceticismo geral. Esse lado empreendedor também se mostraria na sua entrega a atividades de incentivo ao desenvolvimento artístico no Brasil, especialmente no campo das artes plásticas. Com apoio do então marido Ciccillo Matarazzo, esteve na linha de frente para a criação do Museu de Arte Moderna e das bienais de São Paulo.

Não faltaram movimento e energia na vida de Yolanda Penteadado. Seu relato dá conta de um sem-número de eventos dentro e fora do Brasil, como festas, bailes, jantares, excursões, sempre envolvendo gente de grande prestígio no mundo da política, dos negócios e da cultura. Sem intenção de menoscabar ou desqualificar as posições da autora, uma paulista e mulher respeitável, sem dúvida, é preciso dizer que, por esse lado festivo, a obra possui em amplos trechos um quê bastante ostensivo de colunismo social, no conteúdo e na forma, inclusive. Desfilam pelas suas páginas nomes com quem ela manteve proximidade duradoura ou eventual, como Washington Luís, Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, André Malraux, Pablo Picasso, Di Cavalcanti, Fernand Léger, Oswald de Andrade, sua tia Olívia Guedes Penteadado, marajás indianos, vários embaixadores e cônsules, além do grande amigo Assis Chateaubriand, de longe a figura mais citada ao longo de toda a obra.

Tudo em cor-de-rosa mostra-se um título bastante adequado e, por assim dizer, descritivo do que foi a vida da autora. Talvez isto possa ser ilustrado até com um episódio adverso, relacionado à Revolução Constitucionalista de São Paulo, em 1932. Depois de uma estadia na Europa, para onde ia com grande frequência – “Lembro de Paris, naqueles anos entre 1926 e 1930, como uma festa espalhada pelas várias temporadas que passei lá” (PENTEADO, 1976, p. 94) –, Yolanda Penteadado encontra no Brasil o clima belicoso que marcou a revolução. Em confronto com o restante do país, São Paulo achava-se sitiado. Assim, estava impossibilitada a entrada no estado daqueles que voltavam da Europa, desembarcados no Rio de Janeiro. Por força, essas pessoas teriam que ali permanecer um período até que o país voltasse a alguma normalidade. Em meio às preocupações dos paulistas semi-exilados com o momento dramático, não deixam de ser curiosas as condições de permanência a que tiveram de submeter-se. Não fosse pelo seu caráter compulsório, poder-se-ia afirmar, sem exagero, que foram as melhores possíveis, pois havia continuidade em terras cariocas ao bom viver de todos os dias.

Já era alta hora da noite quando chegou um radiograma a bordo, dizendo que havia Revolução no Brasil e que, provavelmente, o vapor não poderia atracar. Ficamos preocupados. Não sabíamos de nada. As notícias eram desencontradas e difíceis de obter. Nessa incerteza, o vapor entrou na barra da Baía de Guanabara. Mas, quando atracou, vimos no cais nosso amigo João Borges, acenando com a mão e gritando que podíamos descer. Na Alfândega, os fiscais, em sua maioria pela legalidade, quando souberam que éramos paulistas, facilitaram tudo. Ficamos no Copacabana Palace por mais de dois meses, até que serenassem os ânimos e pudéssemos voltar para São Paulo.

[...]

Todas as noites, nos reuníamos na casa de Isar Latif Paes Leme. Os Latif eram cem por cento a favor dos paulistas. Chegava a ser comovedor. As notícias nos deixavam preocupados. Mortes, combates, coisas horríveis. Gostaríamos de estar em São Paulo ajudando. Sabíamos que as mulheres paulistas das mais diversas classes sociais estavam unidas numa só bandeira. Senhoras de todas as idades cozinhavam, davam assistência nos hospitais, ofereciam suas próprias jóias para a Revolução. O dinheiro já não circulava como antes. O Governador autorizou a impressão de bônus para substituir a moeda. Os atacadistas e os pequenos comerciantes davam descontos de até 15 por cento a quem pagasse com os bônus. Mas, no Rio, ainda sobrava tempo para bonitos jantares. Naturalmente, as discussões eram tremendas. Sobretudo quando estavam presentes Silvinha e Paulo Bittencourt, do *Correio da Manhã*.

Carlos e Gilda Guinle davam grandes jantares na sua lindíssima casa em Botafogo. Com muita habilidade, colocavam o setor paulista de um lado e o setor getulista do outro. Tudo corria bem. Havia muita troca de “amabilidades”, a gente se entreolhava meio feio, mas era só. (PENTEADO, 1976, p. 107-111).

Não é que surpreenda propriamente, mas acaba por chamar a atenção o relato sobre as condições dessa espera de uma solução do conflito: o Copacabana Palace para uma temporada de mais de dois meses! Trata-se de uma apreensão em grande estilo, é preciso admitir. Além disso, ajudavam a passar o tempo e a diminuir as preocupações os “bonitos jantares” em elegantes residências de amigos. Em São Paulo, por sua vez, as “diversas classes sociais estavam unidas numa só bandeira”, representadas na figura da mulher paulista. Difícil não ver na situação apresentada as intrínsecas assimetrias do Brasil na sua armação social. Sem ter aparente e provavelmente o propósito de fazê-lo, Yolanda Penteado termina por evidenciar uma configuração profunda do país. É possível vislumbrar nas suas observações as nossas divisões reais. Pois unidas de fato eram somente as classes dominantes, harmonizadas na condução de seus interesses a despeito dos olhares atravessados naquele momento tenso na vida brasileira. Ao que tudo indica, os lados separados limitavam-se somente à posição das mesas ao jantar. E quanto à aclamada união na luta por São Paulo, isto se deu de uma forma mais circunstancial que efetiva, visto que, não é nenhum segredo, banqueiro ou industrial não costumam alinhar-se sem mais nem menos com operário. Em questão de pouco tempo as coisas estariam resolvidas e postas novamente em seu lugar.

Dentro dessa disposição social das classes no Brasil, lembro, por fim, que, em sua tese de doutorado *Assis, Andrade & Gomes – destruidores associados*, Francisco Mariutti percebe com propriedade no livro de Yolanda Penteado um exemplo

desembruscado daquela “imagem que a classe dominante faz de si mesma” (MARIUTTI, 2009, p. 14). Tudo natural, tudo no rumo certo, tudo em rosa.

Zélia Gattai

Recordações das mais apreciáveis são as que Zélia Gattai nos oferece em 1979 com *Anarquistas, Graças a Deus*, sua primeira obra a vir a público, quando a autora já passara dos sessenta anos de idade. Uma estreia tardia compensada pela visível qualidade da escrita dessa paulistana nascida em 1916.

O balizamento do período de que tratam tais recordações vem estabelecido logo no primeiro e diminuto parágrafo do capítulo que abre o livro, intitulado “ALAMEDA SANTOS NÚMERO 8”, indicação do endereço da família na capital paulista. Nele lemos: “Num casarão antigo, situado na Alameda Santos número 8, nasci, cresci e passei parte da minha adolescência” (GATTAI, 1979, p. 9). Eis aí o ponto de partida para um relato vivaz, cativante, sensível, capaz de transportar o leitor a uma São Paulo que ia conhecendo um ritmo cada vez maior de crescimento na segunda e terceira décadas do século XX.

Talvez seja esse o grande mérito de Zélia Gattai em *Anarquistas, Graças a Deus*, isto é, a capacidade de despertar interesse para seu relato com base em duas coordenadas, por assim dizer, tão singelas: a primeira, as fases iniciais de sua vida; a segunda, um espaço circunscrito de ação. Acompanham-se as experiências de uma menina que começa a conhecer o mundo dentro de um cenário muito bem determinado, que é aquela região próxima a uma via que sempre foi emblemática da cidade, a Avenida Paulista. Naturalmente que os bons dotes da narradora conduzirão o leitor para outros espaços, como certos bairros e algumas cidades que comparecem na ambientação dos episódios, mas o núcleo principal mesmo será o casarão alugado pela família na Alameda Santos, além de suas adjacências.

Os pais ocupam posição eminente no relato. Ernesto Gattai envolveu-se com automóveis em vários níveis: habilitado para condução em 1907, foi inicialmente chofer da família Prado. Por sinal, Remo, primogênito de Ernesto, recebia as roupas que não mais se ajustavam ao menino Caio Prado Júnior, um ano mais velho: “Caíto, menino desenvolvido e forte, crescia rapidamente, perdendo também rapidamente as finas roupinhas, muitas vezes herdadas pelo filho do chofer” (GATTAI, 1979, p. 13). Depois Ernesto abriu uma oficina mecânica para carros, situada no barracão contíguo ao casarão da Alameda Santos. Além disso, alcançou certa notoriedade como piloto de corridas em São Paulo, o que lhe trouxe alguma glória e aumento de clientes para seu negócio, mas também foi a causa

de acidente grave, reduzindo-lhe drasticamente a capacidade de trabalho. A mãe, Dona Angelina, com cinco filhos, dos quais Zélia era a caçula, constituía o outro pilar da casa. Tanto ela como o marido vieram da Itália ainda pequenos, naquelas grandes levadas imigratórias do final do século XIX, em condições precárias de viagem. É das figuras mais presentes na obra, com um traço de linguagem que a autora explora com bom humor do início ao fim: “Usava o termo ‘atrevimento’ para tudo: coragem, audácia, heroísmo, destemor, obstinação, irresponsabilidade e atrevimento mesmo. Somente conhecendo-a bem se poderia interpretar seu pensamento, saber de sua intenção, se elogiava ou ofendia” (GATTAI, 1979, p. 10). Entre tantas outras coisas, o casal tinha em comum uma grande simpatia pelas ideias anarquistas e mesmo uma militância, que os levava com alguma frequência a reuniões e outros eventos. O pequeno capítulo sobre um caso de amplitude mundial pode exemplificar tal envolvimento e suplementarmente justificar o título do livro de Zélia:

SACCO E VANZETTI

Assunto palpitante, o processo de Sacco e Vanzetti, dois anarquistas italianos, condenados à morte nos Estados Unidos, dava motivo aos jornais para vasto noticiário e a grande número de artigos que papai e mamãe liam atentamente.

Certa noite estranhámos ver nossos pais preparados para saírem sozinhos. Reclamamos, também queríamos ir. Papai, que não perdia ocasião para doutrinar os filhos, nos explicou que iam a uma reunião nas “Classes Laboriosas” que trataria de um assunto sério e urgente. Contou-nos então a história de Nicola Sacco e Bartolomeo Vanzetti que estavam para ser executados na cadeira elétrica, nos Estados Unidos, por crimes que não haviam cometido: roubo, assalto à mão armada e assassinato de dois homens. Havia mais de três anos que se encontravam encarcerados, embora houvesse provas suficientes – até de sobra – da inocência dos dois. Os condenados aguardavam, no corredor da morte, o momento da execução. Acrescentou que se eles ainda não haviam sido executados – assassinados, dizia ele – era porque existia um movimento mundial cada vez maior de protesto, organizado por pessoas idôneas, pertencentes a todos os partidos de todas as tendências filosóficas – não apenas os anarquistas. Que no Brasil também se trabalhava nesse sentido, e naquele momento os anarquistas de São Paulo estavam convocando, em regime de urgência, os cidadãos de todos os setores e princípios liberais, os democratas, para organizarem o lançamento de uma campanha nacional, sem tréguas, contra o hediondo crime prestes a ser cometido.

Por isso nós não poderíamos ir com eles aquela noite. Só iria gente grande. Não era uma noite festiva. Era noite de luta. (GATTAI, 1979, p. 167-168).

Há na obra outras boas páginas sobre o interesse da família pelo anarquismo, suas aspirações e seus ideais, incursões na Itália para melhor compreender-se a motivação desse ativismo político, assim como considerações sobre seus desdobramentos já no Brasil. Mas é preciso reconhecer que, embora proeminente, a temática política não é dominante, conforme poderia sugerir o seu título.

A maior parte do relato repousa no dia a dia da família italiana, com suas alegrias e dissabores, prazeres e tensões, deslumbres e abatimentos. Para cada situação, a autora encontra o tom propício de narrar, seja sobre os preparativos para o casamento da irmã mais velha, ou sobre o acidente automobilístico sofrido por seu pai, com a difícil convalescença correspondente. Também forte no relato é a preocupação dos pais com a formação dos filhos, como se constata na presença da literatura dentro do lar. Comprova-a uma bela edição da *Divina Comédia*, de Dante Alighieri, e romances de Zola, Victor Hugo e outros autores. Sem contar a frequência constante ao cinema e a ida deleitável ao Teatro Municipal para uma ópera, de que o pai era admirador.

Com a forte atmosfera da língua italiana em casa, era de se esperar que a autora tirasse algum proveito desse aspecto. Ela o faz, ora inserindo períodos inteiros em italiano na sua narrativa, ora mesclando termos e expressões da língua de seus pais em frases da língua portuguesa, ora ainda oferecendo explicações de usos na comunicação da família, segundo podemos notar no capítulo que segue:

BLASFÊMIAS E PALAVRÕES

Blasfêmias nós conhecíamos muitas, de toda a sorte: havia as delicadas como: “Dio Madona!”, “Dio Croce!”, “Dio Buono!”, “Dio Cristo”; outras sem expressão, porém metidas a espirituosas: “Dio Cane!”, “Dio Merda!”, “Dio Bóia!”, “Puttána de la Madona!”...

Nono Eugênio, velho católico, não queria ofender a Deus. Usava blasfêmias camufladas: “Sacranon de la medaglia”, “Órpo de Bio”. Palavras soltas, aparentemente sem sentido, não passava a última injúria de uma corruptela de “Pórco de Dio!”. Ou, quem sabe, “Córpo de Dio”. A primeira nunca foi decifrada.

Ao contrário dos italianos do Norte, que blasfemavam a respeito de tudo e por tudo, os do Sul não blasfemavam. Não ofendiam a Deus em hipótese alguma. Desabafavam, ofendendo a mãe dos outros, com a maior tranquilidade, insultando o próximo com termos grosseiros, chulos: “Vá fá’n culo!”, “A fêssa a māmata!”, “Stronzol!” e muitos outros mais.

Nos habituamos a ouvir esses palavrões, pois os vizinhos napolitanos e calabreses não faziam cerimônia, e os berravam a toda hora. Mamãe nos proibia de repeti-los. Se o fizéssemos, um bom tapa na boca nos faria engolir palavrão ou blasfêmia.

Nem mesmo a palavra merda era permitida lá em casa. Não íamos além de “vá lamber sabão!”... (GATTAI, 1979, p. 95-96).

Por fim, há que se lembrar de outros assuntos, como a ampla e curiosa vizinhança com suas peculiaridades, a distração causada pelos enterros que passavam na Alameda Santos rumo ao Cemitério do Araçá, os sonhos e suas relações com o jogo do bicho, a vida escolar inicial junto com o desejo e as dificuldades de prosseguir nos estudos, e mesmo os contratemplos trazidos pela Revolução Paulista de 1924.

Conclui sua história com uma referência carinhosa à mãe, dando ao último capítulo o título “MENINA ATREVIDA” (o menor do livro): “Fico agora pensando o que diria minha mãe, se fosse viva, ao ler estas páginas – ela nos deixou há dez anos e papai há quarenta. Certamente, balançando a cabeça, num suspiro, exclamaria: ‘Maria Vêrgine! Que menina atrevida! O que é que não vão dizer?’” (GATTAI, 1979, p. 271).

Pela prosa lépida e pela ênfase constante nos temas de âmbito familiar, a obra de Zélia Gattai apresenta notório parentesco com a de Helena Morley, *Minha vida de menina*, firmado há já um bom tempo na memorialística brasileira como modelo clássico da literatura pessoal feminina, dadas as tantas referências em prefácios, orelhas, quartas capas, artigos e outros comentários a propósito de novos escritos de mulheres, a exemplo daquelas que vimos relativas a Magdalena Antunes e que aparecerão igualmente nas que veremos quanto a Maria Werneck de Castro.

Por todas as razões mencionadas, a autora consegue atingir aquilo que é provavelmente o ponto principal de um bom livro de memórias: a reconstituição empática de um mundo que corre o risco de perder-se no tempo.

Maria Werneck de Castro

Em 2004 é publicado em bela edição um volume de memórias de feição um tanto particular. Trata-se de *No tempo dos barões* – histórias do apogeu e decadência de uma família fluminense no ciclo do café, de Maria Werneck de Castro. Nascida em 1905, no município de Vassouras, RJ, a autora empreendeu a narrativa das experiências de uma menina que cresceu em fazendas pertencentes a seu grupo familiar; e, como costuma ocorrer em narrativas de tal natureza, também estendeu-se na crônica desse mesmo grupo, remontando a várias gerações de ascendentes, mas concentrando-se especialmente no Brasil da virada do século XIX para o século XX. Em outras palavras, faz a um tempo história pessoal e história coletiva, tudo se entrecruzando nos dois blocos narrativos principais da obra: “I. A Menina do Abaíba” e “II. Apogeu e Decadência dos Barões do Café”. Abaíba vem a ser o nome da fazenda em que a autora passou a infância.

Maria Werneck de Castro começa a redigir suas reminiscências na casa dos noventa anos de idade, recorrendo para melhor fazê-lo a várias obras de cunho histórico e genealógico. Algumas dessas obras abordam o período em questão de um modo mais amplo, e outras tratam de sua família de maneira mais particular (o auge e o declínio, conforme refere o subtítulo do livro); naturalmente a autora conta ainda com as próprias lembranças familiares, apontadas da seguinte forma: “Outras fontes foram comentários ouvidos na infância e na adolescência; o trato com parentes de idade avançada, que tinham vivido na opulência e estavam pobres, alguns na penúria” (CASTRO, 2004, p. 201-202).

É possível dizer que o livro representa um esforço do conjunto familiar na reconstituição do passado na medida em que tem participação ativa na sua realização o escritor e jornalista Moacir Werneck de Castro, irmão caçula da autora. Ele foi o responsável pela organização, pesquisa e notas do volume, assim como pela substanciosa iconografia que o acompanha. Sem falar ainda que a tarefa da redação fora confiada inicialmente a uma outra irmã, “Elsa, que escrevia bem”, cinco anos mais velha que a autora e por isso detentora de maior volume de lembranças do período: “Ouvira mais histórias, conhecera mais gente, frequentara as fazendas grandes, ainda bem conservadas, e as pequenas, que uns primos tinham heroicamente mantido com modestas rendas” (CASTRO, 2004, p. 30). Mas, como escrever as recordações íntimas do grupo sempre envolvia dose acentuada de tristeza e sofrimento, isto impediu a Elsa prosseguir na tarefa. Resultou que Maria, intrépida e determinada, acabou tomando-a para si. De qualquer modo, nota-se o empenho dos irmãos em não deixar cair no esquecimento cenas e fatos essencialmente familiares, que terminam, no entanto, por emblematizar situações de ordem mais geral, muito presentes no Brasil daquela época.

Por exemplo: a barbárie inerente ao mundo de senhores e escravos é refletida na obra sem meias-palavras. A autora transcreve trechos de um livro de seu bisavô, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, escrito em meados do século XIX, em que expõe com clareza absoluta a necessidade de conceder-se alguma regalia aos escravos para tê-los menos rebeldes no serviço, sem contudo negligenciar os castigos quando fosse o caso. Diz ele: “Deve porém proibir-se-lhes severamente a embriaguez, pondo-os de tronco até lhes passar a bebedeira, castigando-os depois com vinte ou até cinquenta açoites” (CASTRO, 2004, p. 89). Para um espírito avesso a semelhantes tiranias, como era a autora, não é difícil de imaginar-se a dificuldade em conviver com a sombra desse passado. Após a narração das violências, acompanhamos a sua expressão contrita:

Custa-me admitir que meu bisavô, em quem eu aprendera a ver uma criatura admirável, tinha a marca do escravocrata, de alguém que mandava dar chicotadas nos negros cativos, a ponto de descascar-lhes as costas, ou os enviava para a Casa de Correção, no Rio de Janeiro, onde seriam “corrigidos”.

Pode ser burrice minha, pensem o que quiserem, mas a mim me ficou para sempre um grande desgosto, até uma rejeição em guardar como antigüidades certos objetos que pertenceram aos meus antepassados, senhores de escravos. (CASTRO, 2004, p. 94).

Em contraposição a lembranças assim soturnas, são apresentadas as posturas progressistas de pais e irmãos, de espírito humanista e libertário. Após perder as terras e não prender-se a nenhum emprego, o pai, Luís Werneck de Castro, transfere-se com a família para Blumenau, SC, onde ocupa posto no funcionalismo público. Recebeu designação para a Coletoria Federal porque, entre outras coisas, dominava bem a língua alemã (o que não era pouco numa terra com muitos imigrantes daquela origem), estudante de agronomia que fora em Leipzig durante cinco anos. Em Blumenau pautou-se sempre, junto com o filho Joaquim, pelas posições favoráveis às lutas operárias, o que obviamente lhe valeu o antagonismo da classe patronal. Foi bastante perseguido, e quase conseguiram acabar com sua carreira. A filha dedica-lhe palavras amáveis e de alguma maneira alcança nele e no restante da família uma espécie de desagravo em relação aos tempos antigos:

Às vésperas da eleição de 1922 nos reuníamos em redor do piano, toda a família, para cantar a marchinha de oposição à candidatura de Artur Bernardes à Presidência da República, que dizia: “ Ai, seu Mé, ai, Memé / Lá no Palácio das Águias, olé, / Nunca hás de pôr o pé”. De nada valeu nosso entusiasmo, porque daí a pouco Bernardes, o “seu Mé”, assumia no Palácio do Catete a Presidência da República.

Meu pai simpatizava com os tenentistas rebeldes dos anos 20, tinha em política ideias não conformistas. Penso que ele devia carregar como um fardo o descender de senhores de escravos. Era o que deixava transparecer tomando partido ao ver alguém oprimido ou injustiçado. Por isso o perseguiram. Assinava a revista *Simplicissimus*, de Munique, que satirizava a burguesia alemã, e jornais do Rio e de São Paulo. Não esqueço um dia em que me leu no *Correio Paulistano* uma notícia sobre a revolução russa, já vitoriosa, e, seguro de si, disse à filha menina:

– Não haverá mais injustiça sobre a terra!

Ah, ilusão! (CASTRO, 2004, p. 136).

A feição particular das memórias de Maria Werneck de Castro referida no início deve-se, pois, a esse trabalho, que é essencialmente dela, não obstante também ser meio conjunto, realizado no seio da família, com a participação decisiva do irmão mais novo, Moacir Werneck de Castro: “Desde o falecimento de minha irmã Maria Werneck de Castro, em março de 2000, assumi a responsabilidade de preparar o material para um livro de memórias que ela vinha escrevendo...” (In CASTRO, 2004, p. 9). No âmbito do memorialismo feminino, não é difícil concluir que figuram como obras de semelhante linhagem os livros de Helena Morley, *Minha vida de menina*, além de *Oiteiro*, de Magdalena Antunes, e *Anarquistas, Graças a Deus*, de Zélia Gattai. Compostos com graça de estilo e capacidade de observação, são olhares de meninas aptos a contribuir na compreensão de momentos históricos, sociais e culturais da vida brasileira.

Patrícia Galvão

Os escritos autobiográficos podem e costumam apresentar-se de formas diversas. O livro *Paixão Pagu*, de 2005, traz um depoimento de muita força vindo da figura ímpar de Patrícia Galvão, a Pagu, como ficou conhecida, paulista de São João da Boa Vista, nascida em 1910. Trata-se, no caso, de uma longa carta endereçada a Geraldo Ferraz, com quem Pagu foi casada, e dada a público pela decisão dos dois filhos: Rudá de Andrade, filho de Pagu e Oswald de Andrade, e Geraldo Galvão Ferraz, filho de Pagu e Geraldo Ferraz. Este último, o caçula, foi o organizador do apreciável volume, que contém, além do texto de Pagu, o dele próprio, o do irmão Rudá e o do professor de literatura em Yale, K. David Jackson. Acompanha o volume uma significativa iconografia, com várias fotos da bela mulher que foi Pagu, além ainda de uma tocante crônica da autora em forma de carta a Rudá. Nos anos 70, Pagu já morta, Geraldo Ferraz convoca o filho e entrega-lhe farto material relativo à mãe, no meio do qual havia uma pasta preta: “Disse-me que era uma carta que ela tinha escrito para ele, em 1940. Uma longa carta autobiográfica, que ela escrevera como parte da relação que eles mantinham, de entrega total, sem subterfúgios ou cantos escuros” (FERRAZ, 2005, p. 10). Tal carta, redigida quando estava grávida do filho, é que resultou em nada menos que cem páginas desse volume a narrar a sua trajetória singular. No texto de introdução, continua Geraldo Galvão Ferraz a explicar as motivações da mãe na tarefa:

[...] Por alguma razão, que desconheço mas posso imaginar, ela sentira necessidade de se contar para o homem que amava e de quem trazia um filho no ventre. Claro, para ela, as palavras car-

regavam a verdade, eram dotadas da força misteriosa de transformar o mundo. A sua vida-militância, em busca de alterar o estado de coisas vigente, sempre encontrou sua melhor expressão nas palavras e, principalmente, na palavra escrita. Nos jornais, nas revistas, nos livros. Então, nada mais natural que escolhesse esse meio para contar a meu pai o que não revelara para ninguém sobre sua vida. (FERRAZ, 2005, p. 10).

Como se vê, destinada inicialmente a pessoa muito próxima, a carta acaba por alcançar com a publicação uma dimensão coletiva e passa assim à condição de legítima obra de memórias. Por ter sido produzida quando a autora contava apenas trinta anos de idade, foi-lhe dado um subtítulo apropriado: a autobiografia precoce de Patrícia Galvão.

Independente de ser a princípio uma mensagem de cunho particular, para um só leitor, não deixa de chamar a atenção a imensa coragem demonstrada pela autora na abordagem de assuntos delicados. Dificuldade quando criança nas relações pessoais (“Eu me lembro que me considerava muito boa e todos me achavam ruim. As mães das outras crianças não queriam que eu brincasse com suas filhas...”), iniciação na vida sexual com doze anos incompletos, uma gravidez já aos quatorze, o casamento com Oswald de Andrade e suas vicissitudes, a entrada no Partido Comunista Brasileiro, a fé revolucionária, as viagens pelo Brasil e ao exterior, de tudo Pagu vai dando notícias claras, sem rodeios, muitas vezes num tom enternecedor de rara beleza. Pressentindo a relação insólita que teria com o filho Rudá, marcada por aproximações e distanciamentos constantes, diz a autora:

Ele tinha apenas um mês e eu já receava que, sentindo meus beijos, a estrutura a ser realizada se alterasse. E só à noite, quando alguma vez podia fugir de todo o mundo, quando ninguém me observava, então eu o beijava tão levemente e, ao mesmo tempo, com tanta força nos cabelos louros e molhava seus pezinhos com minhas lágrimas. Se você soubesse como ele era lindo no seu pijaminha, o polegar deformando a boca e a outra mão atrapalhada nos cabelos... A minha ternura necessitava esmagá-lo no meu seio. Mas ele não devia conhecer essa ternura criminosa. Nem ele, nem ninguém. (FERRAZ, 2005, p. 66).

A sua disposição para a luta política traduz-se na capacidade de enfrentar situações críticas. Enquanto permaneceu nos quadros do partido, Pagu foi uma revolucionária muito devotada à causa comunista, nela iniciada pelas mãos de Luís Carlos Prestes; não priorizava nenhuma outra coisa em sua vida, não recuava diante de tarefas complicadas, não se portava como vítima. To-

me-se como exemplo um trecho a respeito das inúmeras prisões que sofreu no percurso de militante:

Quando fui conduzida da cela para o “xadrez”, não percebia mais nada. Não pude perceber quando perdi os sentidos. Lembro-me apenas da dor intensa que sentia na garganta e da minha falta de voz, quando não pude mais cantar.

Acordei no meio de mulheres disputando um pedaço de cobertor que alguém pusera sob minha cabeça. Era a primeira vez que me encontrava realmente em prisão, num ambiente que não conhecia. A minha roupa estava em farrapos e o meu corpo, duro de frio, doía, doía tanto...

Não vou relatar aqui os sofrimentos por que se passa numa prisão de mulheres. Faria uma má descrição e os sofrimentos físicos só foram sentidos na hora. A gente se esquece deles. Eu, principalmente. A prisão não tinha importância para mim, a não ser no que se referia à paralisação do trabalho começado. Sempre pensei que na cadeia também se podia lutar. Atormentava-me a falta de comunicação, a ausência de notícias de companheiros. Não sentia nenhuma humilhação. E, no fundo, talvez sentisse alegria com o sofrimento que era proporcionado por minha luta. (FERRAZ, 2005, p. 90).

Experiências como essa colocam a autora no grupo nada pequeno daqueles memorialistas que também conheceram o universo da prisão. Por sinal, se quisesse, Pagu poderia igualar-se pelo conhecimento do assunto a nomes de acentuado relevo nessa temática, como Graciliano Ramos, Gregório Bezerra e outros mais, em razão da vasta frequência carcerária a que foi submetida.

Também de interesse são as referências à figura de Oswald de Andrade, com quem foi casada pelo período de cinco anos. Bastante disseminada é a presença do escritor modernista nas páginas de Pagu. Dele vieram comportamentos ambíguos, coisas boas e ruins, alegrias e frustrações, e vieram também atitudes de profunda solidariedade. A complexa relação é narrada de tal forma que passamos a enxergar a ambos por uma perspectiva suplementar, mais próxima, mais rica e possivelmente mais verdadeira.

Sua carta termina com o relato da viagem a alguns países, como Japão e China, e também a passagem pela então União Soviética. Após apontar de maneira já crítica seu sentimento de comoção diante de uma organização social que parecia ter avançado, Pagu deixa ver os descompassos desse mundo na figura de uma menina a pedir esmolas na Praça Vermelha. “Então a Revolução se fez para isto? Para que continuem a humilhação e a miséria das crianças?” (FERRAZ, 2005, p. 150). H. David Jackson assim se refere a essa página final da bela obra:

“Com essa enorme pergunta, Patrícia fecha o relatório, embora saibamos que continuaria em Paris e, daí, de volta ao Brasil, onde seria condenada a quatro anos de prisão” (In FERRAZ, 2005, p. 22).

Concorde-se ou não com as posições de vida da autora, o certo é que estamos diante de uma obra escrita com vigorosa intensidade de emoção: o desejo de uma mulher em ver-se do modo mais completo possível, refletido pelo empenho na busca da palavra exata para definir-se como fenômeno humano.

Referências

ANTUNES, Magdalena. *Oiteiro* – memórias de uma sinhá-moça. Natal: A.S. Editores, 2003.

CASTRO, Maria Werneck de. *No tempo dos barões* – histórias do apogeu e decadência de uma família fluminense no ciclo do café. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2004.

FERRAZ, Geraldo Galvão (org.). *Paixão Pagu – a autobiografia precoce de Patrícia Galvão*. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

GATTAI, Zélia. *Anarquistas, Graças a Deus*. Rio de Janeiro: Record, 1979.

MARIUTTI, Francisco Roberto Papaterra Limongi. *Assis, Andrade & Gomes – destruídos associados*. 2009. Tese de Doutorado – FFLCH-USP, São Paulo.

PENTEADO, Yolanda. *Tudo em cor-de-rosa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.